VALE DICO

DESPEDIDA DO ITAMARATY

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Professor Celso Lafer

Secretário-Geral das Relações Exteriores
Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa

Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), interino
Embaixador André Mattoso Maia Amado

CYRO DE FREITAS-VALLE

VALE DICO

DESPEDIDA DO ITAMARATY

FUNAG
FUNDAÇÃO
ALEXANDRE
DE GUSMÃO

Freitas-Valle, Cyro de
Vale Dico : despedida do Itamaraty / Cyro de Freitas-Valle. Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.
84p.

1. Freitas-Valle, Cyro de, 1896-1969 – correspondência, Reminiscências etc. I. Título.

C.D.U: 929 Freitas-Valle, C. de

Fundação Alexandre de Gusmão (Funag)

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 411 6033/6034
Fax: (61) 322 2931/2188

Palácio Itamaraty
Avenida Marechal Floriano, 196
Centro
20080-002 Rio de Janeiro, RJ
Telefax: (21) 233 2318/2070

Site: www.funag.gov.br
E-mail: publicacoes@funag.gov.br

Direitos desta edição reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão (Funag)

Impresso no Brasil 2001

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional
conforme Decreto nº 1.825 de 20.12.1907

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

VALE DICO I
Agradecimento ao Itamaraty 25

VALE DICO II
A Missão junto às Nações Unidas 29

VALE DICO III
Remuneração dos empregados diplomáticos 33

VALE DICO IV
Promoções e remoções 39

VALE DICO V
Composição das delegações às Assembléias-Gerais 45

VALE DICO VI
Vicissitudes do funcionamento do Itamaraty 49

VALE DICO VII
Preservação do prestígio do Itamaraty 55

VALE DICO VII
Prazos e disciplina 59

VALE DICO IX
A obrigação funcional de obtemperar 63

VALE DICO X
Chefes e auxiliares 67

VALE DICO XI
Minhas duas vezes de secretário-geral e quase uma terceira 71

VALE DICO XII
Cartas e cartinhas 75

VALE DICO XIII
Amizades criadas 79

VALE DICO
Epílogo 81

APRESENTAÇÃO

Há quarenta anos, em agosto de 1961, aposentava-se Cyro de Freitas-Valle. Antes de deixar Nova York de volta ao Rio de Janeiro enviou à Secretaria de Estado uma série de quatorze comunicações seqüencialmente numeradas sob o índice geral *Vale Dico*. Do Latim "digo adeus" e também, de maneira mais sutil, um jogo de palavras com seu próprio nome, suprimido apenas um "L" de Freitas-Valle.

Uma explicação inicial. O hífen ligando seus dois sobrenomes não era uma afetação. Apenas cansado de ser apenas Freitas para os *hispano-parlantes* ou apenas Valle para tantos outros estrangeiros decidiu unir os seus dois sobrenomes. Freitas e Valle seriam doravante inseparáveis.

Ao sugerir a edição desta série de textos procurei resgatar a memória de um dos grandes

"empregados do Itamaraty", rótulo de que ele mesmo, com freqüência, usava para descrever sua condição.

Quis também, por meio dele, prestar uma homenagem àquela geração de embaixadores do Brasil que eu, começando, encontrava quando chegavam eles ao fim de suas carreiras. Cyro de Freitas-Valle foi o meu primeiro chefe no exterior e dele guardo marca duradoura.

Chefe mesmo é o chefe que se tem fora do Brasil. Como comandante é para o marinheiro aquele com quem está embarcado e não as figuras mais ou menos impessoais do almirantado. Assim, Cyro de Freitas-Valle foi para mim, em Nova York, na Missão junto às Nações Unidas, o guia generoso e exigente e que (percebo agora) demonstrava uma indulgência especial para com seu jovem aprendiz.

Não preciso repetir aqui com mais palavras ou palavras menos precisas o que Cyro de Freitas-Valle diz nas suas mensagens de despedida. Nelas registra as etapas principais de seu caminho profissional e o faz, como era de seu costume, com economia de adjetivos e o pudor das ênfases excessivas.

Trata-se de um exercício intramural. Não se debruçava Cyro sobre o mundo, mas transmitia sua experiência para a audiência restrita e exclusiva de gente do Itamaraty. Falava, literalmente, *pro domo sua.*

Não se encontrarão aqui reflexões sobre o estado do mundo e avaliações sobre o futuro.

São receitas caseiras. São recomendações práticas para que o Itamaraty funcionasse melhor. São recordações pessoais.

Os *Vale Dico* são antes uma longa anotação de pé-de-página de uma longa vida profissional do que uma coleção de ensaios sobre as relações internacionais.

Acostumado a poupar energia daqueles que cifravam e decifravam suas comunicações no tempo ainda em que o exercício da criptografia era amplamente manual, ele era exemplar na busca da brevidade e da clareza.

A releitura da série *Vale Dico* me faz lamentar que não tivesse escrito suas memórias e nelas ampliado os comentários sobre pessoas e acontecimentos que nesta coleção apenas se limita a esboçar.

Talvez achasse que sua memória profissional era, a rigor, "propriedade intelectual" do Itamaraty e que deveriam permanecer nos arquivos (cercados da confidencialidade quase obsessiva de então) suas apreciações. Hoje, de fato, quando algumas memórias são escritas sobre trajetórias mais pedestres é uma pena que sua batalha contra o "veto" em São Francisco, que os seus enfrentamentos na Argentina de Peron; sua visão da Alemanha de Hitler e sobre o confinamento em Baden-Baden não tenham sido objeto de registro e reflexão organizada.

Tal a disciplina do velho funcionário que mesmo suas mensagens de despedida foram expedientes devidamente numerados e classificados dirigidos ao então ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos de Melo Franco.

É pena que suas longas (e às vezes íntimas) relações com boa parte do que o Brasil teve de poderoso ou talentoso na primeira metade do século XX seja apenas objeto de anotações mínimas e que não tenhamos sobre Getúlio Vargas, Raul Fernandes, Osvaldo Aranha, Otávio Mangabeira, João Neves da Fontoura e tantos outros, sua

apreciação, seja da perspectiva da grande história, seja na convivialidade da *petite histoire*.

Da geração de Cyro de Freitas-Valle ficou apenas um memorialismo esparso. Foi preciso esperar uma outra geração para que Mario Gibson Barbosa, Ramiro Saraiva Guerreiro, Manoel Pio Corrêa, escrevessem as suas memórias, ou que outros como Vasco Leitão da Cunha, Antonio Azeredo da Silveira as deixassem gravadas para futuro resgate nos arquivos do Cpdoc da Fundação Getúlio Vargas.

Mesmo Gilberto Amado, meu *Maître à penser*, encerra os vários volumes das suas memórias antes de que sua presença no Itamaraty seja marcante.

Arrisco uma interpretação. Cultivava-se tanto e tão excessivamente no Itamaraty daquele tempo a idéia da discrição e da modéstia formal que qualquer forma de auto-apresentação poderia ser mal recebida por aqueles que tinham criado um estilo em que o *self effacement* profissional era de rigor e mesmo um selo de qualidade.

Perdeu-se, assim, toda uma riquíssima safra de recordações e análises e será preciso agora uma minuciosa pesquisa nos arquivos para que naquelas

fontes se encontre, de maneira fragmentada, o pensamento dos principais atores daquela geração.

João Neves da Fontoura, Osvaldo Aranha e Afonso Arinos escapam desta categorização, mas os três, embora de brilhante trajetória no Itamaraty, não eram diplomatas profissionais construídos dentro do molde rigoroso da escola que formou Cyro de Freitas-Valle.

Uma outra interpretação menos generosa, mas talvez não menos verdadeira, é que poucos teriam verdadeiramente o que dizer e o que contar.

Prisioneiros das formas e dos regulamentos; observadores marginais dos grandes conflitos do seu tempo; representantes de um país que então pouco contava no cenário mundial guardavam dos grandes acontecimentos uma visão superficial e periférica.

Minha própria recordação confirma em boa medida esta hipótese. Ficou-me a impressão – tendo convivido com vários – de que não tinham vivido com clarividência os grandes momentos e as suas recordações eram, quase sempre, apenas pitorescas e maliciosas. Não souberam ser – com algumas e brilhantes exceções – testemunhas de seu tempo.

Dois livros talvez resumissem o espírito do Itamaraty de então. Um – o *Anuário* – dizia quem éramos, onde estávamos e o que fazíamos. Era o nosso *Who's who*. O outro, o *Manual de Serviço*, era o nosso *vade-mecum*, a compilação quase corânica – porque exaustiva e categórica – de como proceder em toda circunstância. Sobre a mesa de cada diplomata brasileiro daquela época estariam, pelo menos, os dois volumes fundamentais. Textos sobre questões internacionais seriam visitantes apenas ocasionais.

Como toda moeda também a nossa, então, tinha duas faces. Por um lado a adesão rigorosa a procedimentos claros e a preocupação com a organização da memória davam ao Itamaraty coerência de estilo e conduta. Por outro, o ordenamento canônico deixava poucas e estreitas brechas para que o novo se pudesse infiltrar, na forma ou no fundo. Errava-se pouco, mas ousava-se também pouco. Tínhamos as virtudes e as vantagens de um exemplar *esprit de corps*, mas éramos constrangidos por um excessivo formalismo corporativo.

Mesmo os que sabiam escrever – e não eram poucos – produziam literatura ou crítica ou poesia

ou história. De diplomacia e relações internacionais os registros são menos significativos.

Volto a Cyro de Freitas-Valle. Sua presença física era maciça. Não era gordo. Era corpulento. Transmitia, sem pedantismos, uma impressão de importância e de *gravitas*. No andar, no gesto, na palavra era pausado. Sua característica física mais notável eram os olhos exorbitados e que algumas vezes, quando tossia, literalmente saltavam de seu encaixe e ele os devolvia ao seu *socle* com um lenço e com infinita dignidade. Tinha, como quase todos de sua geração, uma caligrafia perfeita. Não era um orador inspirado, mas era breve e não dizia bobagens.

Como várias safras de subordinados seus, fiz parte do "Clube Demóstenes", em que ele procurava ensinar os jovens a falar de improviso e com propriedade. Em sua casa, não havia, assim, literalmente, *free lunches*, já que pagávamos com a obrigação da palavra a sua patrícia hospitalidade.

Não se comia mal na casa de Cyro de Freitas-Valle. Também não se comia bem. Bebia-se bastante. Problema ocupacional do ofício – e de sua geração em particular – o beber muito (o que

no caso dele não prejudicou a correção profissional) abreviou vidas e embotou espíritos.

Cyro de Freitas-Valle morava da maneira discreta. Nada mais distante da presença de decoradores do que a sobriedade do ambiente em que o conheci primeiro na Quinta Avenida em Nova York e depois no apartamento do Morro da Viúva, então e agora um dos cemitérios dos nossos elefantes diplomáticos. Coisas de família, objetos adquiridos com frugalidade ao longo da vida, tudo correto, tudo sóbrio. Havia qualidade, sem qualquer ostentação.

Nossa Missão Permanente em Nova York nessa época ocupava um andar de um dos mais prestigiosos edifícios da Park Avenue entre as ruas 55 e 56. Acima e abaixo estavam os escritórios de grandes empresas americanas. Às cinco da tarde esvaziavam-se aqueles escritórios de companhias que controlavam boa parcela dos negócios do mundo. Pulsava apenas, até bem entrada a noite, a nossa Repartição, em azáfama permanente e onde o resultado do esforço de muitos era modesto. Tínhamos mais diligência do que produtividade. Dávamos muita importância ao que tinha pouca,

levávamos muitos dias e horas processando minério de baixo teor.

Fica-me como emblema dessa baixa relação custo-benefício o ritual da produção do discurso de abertura da Assembléia-Geral, que cabia ao Brasil pronunciar. Quantas idas e vindas, quantas versões, quantas revisões se fazia de um texto que era ouvido com indiferença e que quase nunca tinha qualquer registro da imprensa internacional. Nem – na maior parte das vezes – merecia tê-la.

Essa impressão se confirma quando releio a coleção desses discursos organizados e prefaciados por Luiz Felipe de Seixas Corrêa, muitos anos depois. Há discurso interessante de Augusto Frederico Schmidt, em 1960 (com o registro da Operação Pan-Americana); há os de Afonso Arinos, em 1961 e 1962, refletindo os *winds of change* da descolonização que levaram a ONU a virtualmente dobrar, em poucos anos, sua composição, mas é só em 1963, quando João Augusto de Araújo Castro faz o discurso inaugural que encontro, pela primeira vez, texto com substância conceitual, sentido de oportunidade e propostas claras de política exterior.

Mesmo quando o fundo era raso, justiça é reconhecer que o estilo dos nossos, então, era impecável.

Merecíamos, amplamente, a reputação de que éramos os mais profissionais dos latino-americanos. O Itamaraty, de fato, não improvisava.

As coisas se faziam com cuidado. Não servíamos a outros patrões que não fosse o Brasil. A probidade como expressão de uma cultura corporativa era exemplar. O amor pelo Brasil profundo e discreto. Mesmo os que viveram muitos anos fora conservavam o nosso selo de qualidade e de autenticidade. As experiências fora do Brasil nos enriqueciam culturalmente. Mas não nos faziam menos brasileiros.

Volto ao meu enredo. Conheci Cyro de Freitas-Valle vivendo sozinho e tendo no filho distante o objeto de um afeto que era evidentemente sincero. Não falava de sua vida pessoal marcada por não pouco sofrimento. Pelo menos não fazia isto comigo, tão afastado dele pela idade e pela hierarquia. Mas mesmo com contemporâneos não o via derramar-se em confidências ou extravasões.

Levava-se a sério sem pomposidade. Representava o Brasil com imenso sentido da

dignidade da sua função. Dava-se ao respeito. Não era homem de intimidades fáceis. Contava que quando Hamarskjöld, então secretário-geral das Nações Unidas, pediu que o tratasse com informalidade: *Please call me Dag*, continuou a chamá-lo de *Mister Secretary General* para marcar distância e formalidade. A pequena estória diz muito sobre ele e sobre seu tempo. Vinte anos depois, Kissinger e Silveira, insistiriam em tratar-se de "Antonio" e "Henry" mostrando como haviam mudado os tempos e os estilos. E como ambos desejavam acentuar a intimidade e a informalidade do seu relacionamento.

Quero lembrar apenas um momento para dizer como era real o prestígio de Cyro de Freitas-Valle. Era ele sócio do *Knickerbocker Club* (então e hoje o círculo mais restrito de Nova York) e um dia ali organizou um pequeno almoço (para o qual levou-me, como seu ajudante de ordens) e que reuniu Thomas Dewey, duas vezes candidato republicano à presidência dos Estados Unidos, Nelson Rokefeller, vice-presidente e governador do Estado de Nova York, e Jim Farley, "*Post Master General*" e grande coordenador político das

campanhas de Franklin Roosevelt. Tratou a todos aqueles "pesos pesados" – e eles o conheciam bem – com naturalidade. Não queria impressionar, mas também não se intimidava. Era, sem alarde, o embaixador de um grande país. Ficou-me a lição. Visto com a perspectiva de hoje, Cyro Freitas-Valle me parece antes uma personalidade (um "character" no sentido inglês) do que um talento realmente maior. Era também – e sobretudo – um homem de caráter no nosso sentido. Mais memorável pela sua maneira de ser do que pela qualidade intrínseca de sua reflexão.

De alguma maneira – e juntamente com Maurício Nabuco – representava o Itamaraty na especifidade de sua maneira de ser e de proceder. Um, Cyro de Freitas-Valle, de São Paulo, o outro, Maurício Nabuco, do Rio de Janeiro, vinham ambos de velhas estirpes brasileiras e ambos tinham pela "Casa" uma devoção exemplar. Ao destacar esses dois nomes faço injustiça, Leão Velloso, Pimentel Brandão e poucos outros não seriam menos representativos do Itamaraty daquela época.

A geração de que Cyro de Freitas-Valle foi emblema maior não chegou a conviver com o

Barão do Rio Branco, mas começou a trabalhar logo depois de sua morte. Vivemos, depois de grande ciclo de definição das nossas fronteiras, uma entresafra de ação diplomática. Minha impressão é a de que entre duas grandes vertentes que formam Itamaraty: uma burocrática, representada pelo Visconde de Cabo Frio; e a outra criativa e intelectual, expressa pelo Barão do Rio Branco, a que predominava naqueles anos era a do Visconde. Não creio que, no essencial, isso se tenha alterado.

A herança do Barão do Rio Branco era muito grande para os que vieram depois. Não se lhe negavam as homenagens, mas não havia suficiente talento para copiar-lhe o estilo. As grandes repartições do Estado – e o Itamaraty entre nós é o exemplo maior – precisam da inspiração de homens como Rio Branco, mas só podem funcionar nas trilhas de funcionários como Cabo Frio.

Acrescento umas poucas recordações do velho chefe: presenteava no Natal, coisas de pequeno valor, mas cuidadosamente escolhidas do catálogo de "Tiffany's", aos que trabalhavam com ele. Guardo, entre outras lembranças, um objeto de prata feito para que se poupassem os dedos na

hora de discar os números de telefone. Sua função seria misteriosa hoje para quem não viveu aquela época. Não se disca mais. Digita-se. Lembrava, com perfeita pontualidade, as efemérides de cada um de nós. Fazia parte da ordem natural das coisas receber o seu cartão de felicitações de Natal ou aniversário. Quando nasceu meu primeiro filho, em Nova York, chamou-me à sua sala, a sós, para perguntar se eu precisava de alguma ajuda financeira. Não me teria faltado – e ele não tinha muito – se precisasse. Nunca esqueci.

Sua última missão, ao que me recorde, foi a de representar o Brasil, em 1970, no XXV Aniversário da Carta de São Francisco. Acompanhou-o, então, Sérgio Thompson Flores e foi agradável para todos nós, seus amigos, vê-lo ainda uma vez convocado. Pesavam-lhe já as pernas e os anos, mas foi, ainda uma vez, o "empregado" do Itamaraty que fazia já com sacrifício o que sempre fizera com prazer: servir o Brasil.

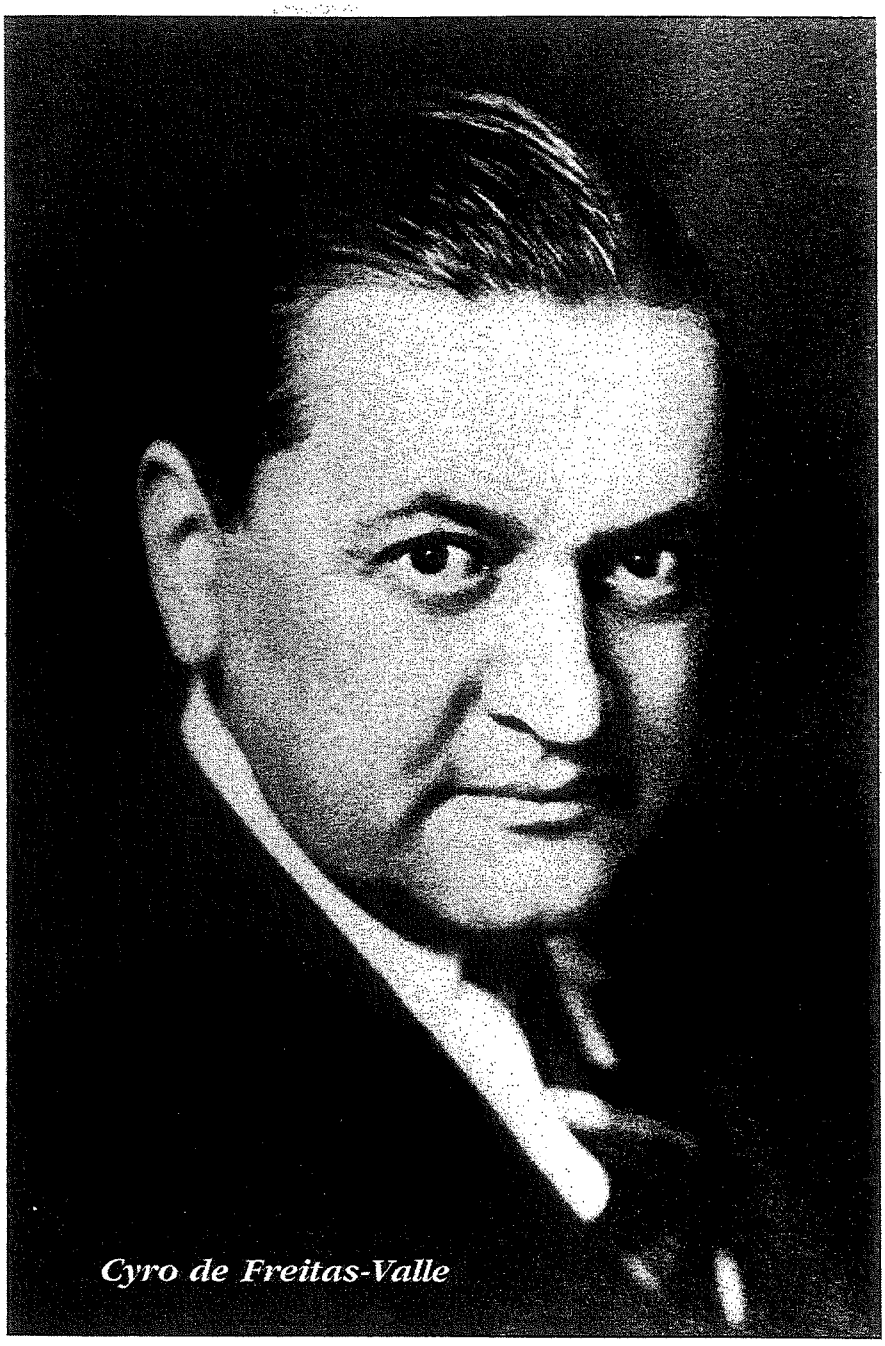
Cyro de Freitas-Valle recebia sempre com hora marcada para a chegada e a partida de seus convidados. Esgotado o tempo, mandava que se fossem apagando gradualmente as luzes para

indicar – sobretudo aos convidados brasileiros para os quais não era habitual aquele costume e para quem a hospitalidade não devia ter limites – que era chegada a hora de partir.

Como é chegado, agora, para mim, o momento de apagar as luzes destas memórias.

Paris, julho de 2001.

Marcos Castrioto de Azambuja



Cyro de Freitas-Valle

Nova York, em 31 de julho de 1961.

VALE DICO I
Agradecimento ao Itamaraty

Senhor Ministro,

A 31 de julho de 1918, saí de São Paulo para Buenos Aires, meu primeiro posto. Nestes 43 anos vivi do Itamaraty e procurei viver para o Itamaraty. Diz-me a consciência que, dentro de minhas possibilidades, assim fiz. Neste momento de despedida, quando principio a falar no pretérito, eu não poderia deixar de principiar a série de comunicações a que me proponho (*Vale Dico*) sem um agradecimento aos chefes que tive e aos colegas que me ampararam com seu conselho e sua experiência.

2. Nomeado por Wenceslão Braz, em decreto referendado por Nilo Peçanha, tive o privilégio de

servir diretamente, para só citar os maiores, sob as ordens de Getúlio Vargas, Eurico Gaspar Dutra e Nereu Ramos, de Domicio da Gama, Luís de Souza-Dantas, Hélio Lobo, Octavio Mangabeira, Afranio de Mello Franco, Cavalcanti de Lacerda, Oswaldo Aranha, Raul Fernandes e João Neves da Fontoura. Devo confessar que, por causa da generosidade deles, de cada um me fiz amigo e a amizade contratada no cuidado do interesse internacional do país perdura, ainda para com aqueles que foram embora pelo caminho sem retorno, mas cuja memória e cujos trabalhos em prol do Brasil continuo a reverenciar.

3. Coube-me muito imerecida honraria. Tive no Itamaraty grandes postos. Servi nas Américas mais de três quartos de minha carreira, e nisso ponho garbo. Jamais tive um dia de licença. A experiência que me proporcionou o Itamaraty se juntou à que eu aprendera de meus pais, pois, desde criança, em sua casa via Pinheiro Machado (meu padrinho de crisma), conheci presidentes e ministros, artistas como Réjane, Cora Laparcerie, Caruso, Jacques Richepin, Suzanne Desprès, Lugné Pöe, Arthur Napoleão, Alberto Nepomuceno, Coelho Netto, etc.

Daquela casa nasceram as carreiras gloriosas de Guiomar Novais, Brecheret, Souza Lima, Guilherme de Almeida, Francisco Mignone – e não quero continuar a lista.

4. Só conto isso para explicar que, por culpa de meus pais, acostumei a falar com naturalidade aos grandes e, assim, a carreira não me foi difícil. Conversar com Hitler no dia 1º de setembro de 1939, comandado para desagradar a Perón, ou lutar contra o veto na Conferência de San Francisco, ou trabalhar nas de Londres e, mais tarde, na Conferência de Paris, não poderiam, por causa da educação paterna, intimidar-me. Falei sempre com simplicidade, mas com firmeza.

5. Daí, nesta prestação de contas ao Itamaraty pelo muito que me deu, não hesitar em dizer que as atitudes que, graças à orientação da Casa, pude sustentar, granjearam-me amizades como as de Dag Hammarskjold, Spaak, Noel Baker (Prêmio Nobel da Paz), Sforza, Selwin Lloyd, Lester Pearson (Prêmio Nobel da Paz), Leslie Munroe, Entezam, Van Kleefens, Trigvie Lie, Christian Pinaud, van Zeeland, Ralph Bunche (Prêmio Nobel da Paz),

Lord Gladwin (Sir Gladwyn Jebb), Philip Jessup, Pierson Dixon, Norman Robertson, Sumner Welles, Anthony Nutting, Adlai Stevenson, Gromyko, Nelson Rockfeller *et j'en passe d'autres*. Mencionei gente que conversava e conversa comigo a sério e, por extraordinário que possa parecer, muita vez me consultou. Tudo isto não é bazófia: tudo isto eu devo ao Itamaraty e lhe sou reconhecido neste momento em que, acreditando haver feito aquilo que devia, acolho-me com prazer à aposentação.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Nova York, em 31 de julho de 1961.

VALE DICO II
A Missão junto às Nações Unidas

Senhor Ministro,

A Missão do Brasil junto às Nações Unidas cresceu desde Londres. Firmador que tive a honra de ser pelo Brasil da Carta de San Francisco, devo confessar que então se imaginava para a Organização papel completamente diverso daquele que veiu a caber-lhe. Entre ajudar a manutenção de uma paz que até hoje não se chegou a estabelecer e transformar-se em centro de conciliação e de negociação e, hoje, como já me coube dizer, em *clearing house* de informações a respeito dos sucessos mundiais – há um abismo. Mas a adaptação tem sido feita, à custa de concessões, de paciência e de boa vontade.

2. Hoje, aqui, o representante permanente digno de sua investidura é aquele que sabe conversar com os desentendidos, que procura harmonizá-los, que sai atrás de uma solução para problemas que parecem sem solução. Seus assessores, à frente dos quais sempre tem de estar representante-substituto igualmente capaz, trabalham de forma paralela e, assim, o bom esforço se conjuga. Tudo é diverso do trabalho de uma embaixada, onde a parte burocrática e formalística prima. Aqui, o indivíduo ganha como indivíduo, ou se acredita na palavra dele ou não se acredita, o profano ou o leviano são abandonados, e que tem competência é respeitado mesmo por aquele adverso a seu ponto de vista. De modo que cada membro da Missão tem sua personalidade própria e precisa ser escolhido aí com o tento posto nisto. Os que acreditam merecer-se um ao outro chamam-se pelo nome de batismo e se tuteiam. E a comunidade se estabelece.

3. Digo tudo isto, com risco de andar a repetir cousas muitas vezes antes ditas, pelo desejo de compendiar, para uso de meus chefes no Itamaraty, algumas observações ganhadas em meus vários

anos com a ONU. E, sobretudo, para indicar que deve ser muito cuidadosa a escolha dos empregados despachados para esta Missão. Pois a adaptação é difícil e pesada a atividade, até certo ponto, independente. Por exemplo, um funcionário designado para servir em uma das comissões especializadas (e as há por dezenas) deve subordinar seu horário de trabalho ao da Comissão em que representa o Brasil sem pensar no horário da chancelaria para, depois, vir reclamar com toda razão a desoras o auxílio desta. Não exagero, pensando, sobretudo, em colegas jovens, ao dizer que o trabalho da Missão pode chegar a ser fascinante, mas é extremo. A experiência aqui, entretanto, se tresdobra quando comparada àquela que se logra em uma embaixada ou em um consulado.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Nova York, em 31 de julho de 1961.

VALE DICO III
Remuneração dos empregados diplomáticos

Senhor Ministro,

Ray Atherton, o primeiro embaixador a pisar Ottawa, perguntou-me certo dia quando eu ganhava por ano e lhe respondi serem US$ 25,000–. Ao que retorquiu ganhar ele muito mais, pois recebia US$ 15,000 –, e o resto. Então explicou apenas ter em casa a roupa dele e da mulher, que tudo mais era do Governo, incluindo entre os criados os guardas (*Marines*), que quando ia em viagem para pescar no Lake St. John ou visitava alguma cidade só tinha de fazer um bilhete ao secretário pessoal para entrega ao guarda-livros da embaixada, dizendo haver gastado tanto ou tanto

e a quantia lhe era creditada imediatamente na conta bancária.

2. Pois Atherton tinha roupa de cama, de mesa e de banho, tinha ucharia, tinha tudo de que precisasse, como tem o presidente Kennedy na Casa Branca menos no andar em que vive com a mulher e os filhos, mais um *valet* e uma *nurse*, que é tudo que ele paga. Havendo gente de fora, a despesa é do Governo. Atherton e a senhora, jantando sós, pagavam a dispensa, mas ainda aí, os criados eram do Governo.

3. Conto isto para demonstrar (ou procurar demonstrar) não ser exatamente o melhor o sistema do Itamaraty de fixar a representação de seus empregados. O que viaje com três malas de mão e se hospede em um hotel recebe a mesma verba de representação daquele que se instale de acordo com a dignidade de sua função, que tenha cristais, porcelanas, prata, tapetes, quadros, objetos de arte, que se faça membro dos principais clubes (muito caros), neles receba como em sua casa, tenha cozinha boa e celebrada e, assim, crie em torno de sua pessoa para seu país uma atmosfera de interesse, que acaba por ser de prestígio.

4. Eu não estou inventando: quando entrei para o Itamaraty, na mesma cidade de Roma, o ministro do Brasil junto ao Quirinal ganhava, praticamente, o dobro do que seu colega junto ao Vaticano. Hoje, não há um colega (que não seja rico) capaz de aceitar meu posto e, sobretudo, o de embaixador em Washington com o salário que se recebe. Entretanto, ao que ouço, o pessoal em serviço na Argentina ganha mais. O reajustamento das remunerações pode ser facilmente realizado de acordo com as tabelas do custo de vida da ONU.

5. O Barão do Rio Branco, que nos ensinou tanta cousa, estabeleceu um sistema especial (se bem recordo, apenas para Bolívia, Equador e Paraguai, onde a vida era então, e hoje não é mais, dura) dando um prêmio aos funcionários em serviço nesses postos depois de doze meses efetivos de permanência. O prêmio era recebido depois de doze meses; se o empregado saísse antes de mais outros doze não poderia reclamá-lo.

6. O pessoal em serviço nesta Missão (expliquei detidamente no ofício nº 131, de 1960), exceção feita para o chefe da Missão, precisa ganhar muito mais do que o pessoal em serviço na Embaixada

em Washington ou no Consulado-Geral em Nova York. O embaixador em Washington precisa ganhar muito mais do que o chefe desta Missão, pois, apesar de serem pesadas as responsabilidades deste posto, e falo do assunto com pleno conhecimento, o embaixador em Washington tem que ombrear com os demais colegas dele para ter algum prestígio, pois não é a mesma cousa, força é reconhecer, representar uma grande potência ou um país médio. Qualquer um considera honra ser convidado pelo britânico, pelo soviético ou pelo norte-americano, mesmo que a recepção seja medíocre, mas irá ao brasileiro ou ao francês com entusiasmo se souber encontrar iguarias.

7. Apenas como recordação, direi que em Berlim, durante a guerra, eu fazia jantares de 48 pessoas em 12 mesas de bridge e que, por causa da reputação da Embaixada, a dificuldade não era de receber escusas por ausência senão de chegarem pedidos para convidar outras pessoas. Cousa impossível para mim, pois minha porcelana e minha prata não podiam ir além de 48.

8. Tudo dito antes, senhor ministro, e me dirijo igualmente ao secretário-geral e ao chefe do

Departamento Administrativo, como ao chefe do Pessoal, é para repetir que o serviço dos secretários nesta Missão, denominados assessores, é tarefa paralela ao do representante permanente e ao do representante substituto. Os assessores trabalham em comissões, precisam manter relações, convidar para suas casas, convidar para refeições na ONU entre as reuniões da manhã e da tarde, a fim de poderem informar seus dois chefes a respeito de cada assunto entregue a seu cuidado. Com aquilo que hoje recebem, salvo sendo ricos, não poderão cumprir com seus deveres e, digo claramente, com aquilo que o chefe tem direito de esperar deles.

9. Não é, jamais foi, de meu feitio dramatizar uma situação. Mas ou o Itamaraty resolve dar ao pessoal em serviço nas Nações Unidas um tratamento especial ou meu sucessor vai ter aqui gente descontente, desejosa de outro posto, quando hoje deixo esta Missão com gente feliz de estar servindo tão bem e com tamanha prestância ao Brasil.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Nova York, em 31 de julho de 1961.

VALE DICO IV
Promoções e remoções

Senhor Ministro,

Nesta série de dizer adeus ao Itamaraty (*Vale Dico*), eu sinto o dever de contar tudo que a experiência de mais de 43 anos me ensinou, que as oportunidades de haver dirigido a Casa me fizeram aprender.

2. A alcunha graciosa (Dragão da rua Larga) que em 1939 me foi dada como que me envaideceu. Foi haver eu visto que, com bom humor, se recebia o novo secretário-geral, o qual conhecia o funcionamento do ministério, que punha a máquina em marcha, mas excepção não fazia. E veio o nome de Dragão. Oswaldo Aranha, em sua grandeza,

dizia que as decisões dependiam do secretário-geral como, está claro, dele é que as minhas dependiam. O resultado foi, mesmo em quadra de governo autoritário do ilustre Getúlio Vargas, serem as regras seguidas, os prazos obedecidos, a permanência nos postos atendida e assim por diante.

3. Está claro que, quando fui a Berlim para a guerra, houve da parte de Aranha algumas exceções, mas em favor do serviço. Funcionários como o velho São Clemente e o jovem Ouro-Preto foram distraídos de postos para que estavam designados a fim de servir na Alemanha debaixo de bombas. Em dado momento, cheguei a ser autorizado a requisitar diretamente qualquer funcionário em serviço na Europa, autorização da qual não cheguei a valer-me. Mas é preciso dizer que naquele então eu defendia brasileiros e seus interesses na Alemanha e França, Dinamarca, Noruega, Iugoslávia, Checoslováquia, Polônia, Luxemburgo, Bélgica. São tempos que o ministro Ouro-Preto e nossos companheiros de então não podem esquecer. Alguns, infelizmente, já foram embora: Gastão Rio Branco, São Clemente, Carlos

Buarque de Macedo, Pericles Barbosa Lima, Fernando Mendes de Almeida e outros.

4. O ponto a que eu queria referir-me, e é objeto deste ofício, é o da importância de promover direito e remover direito. É preciso reconhecer que muitos companheiros não têm qualidades diplomáticas para chegar ao posto de embaixador. Esses devem terminar sua carreira aos 62 anos, antes de atingir a classe máxima. De outro lado, é preciso reconhecer que a promoção por antiguidade constitui desestímulo para os empregados mais capazes. De modo que pode acontecer que o governo se veja obrigado, como se tem visto, a escolher para embaixador do Brasil gente de fora da carreira por causa de achar que os disponíveis não são capazes de defender corretamente o interesse do país. Esta noção é, seguramente, perigosa. Mas eu confesso perceber perfeitamente sua fundamentação. Defendi sempre a idéia de que as embaixadas em Washington e em Buenos Aires devem ser entregues a pessoas de inteira confiança do presidente. Se forem empregados de carreira, tanto melhor! Pois têm preparação técnica e experiência, que aos

outros pode faltar. Eu não teria podido ir para Berlim, em agosto de 1939, se não tivesse a confiança inconcussa de Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha.

5. A questão das remoções, por extraordinário que possa parecer, encerra tricas de igual quilate. Pois o companheiro promovido, por ser honesto, não deseja seguir para posto que sabe não estar à altura de seus conhecimentos. E, então, se inventam as transformações custosas de consulados em consulados-gerais ou as designações de ministro-conselheiro para embaixadas de pequena importância. Eu poderia ter três grandes ministros para auxiliar-me aqui. E garanto que serviriam bem se fossem capazes, que dirigiriam setores importantes, que trabalhariam bem com seu chefe e com seus subordinados. Não tenho vontade de particularizar os postos nos quais os ministros-conselheiros estão demais, nem os consulados que devem ser suprimidos, a principiar pelos existentes nos Estados Unidos da América.

6. Mas, nesta hora de despedida, meu agradecimento ao Itamaraty por tudo que lhe devo só pode

tomar a forma da confissão que neste ofício se encerra.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Nova York, em 31 de julho de 1961.

VALE DICO V
Composição das delegações às Assembléias-Gerais

Senhor Ministro,

Nas vezes em que tive a honra de chefiar o Itamaraty ou de ser seu secretário-geral, sempre sustentei que as delegações às Assembléias-Gerais da ONU, como a toda reunião internacional, deveriam ser feitas com grande cuidado. Tão pequeno era aquele que se tinha que meu mestre Raul Fernandes delas dizia tratar-se de piqueniques. O cuidado pequeno era por causa de querer ajudar amigos a viajar, sem cuidar nem da preparação deles para as reuniões nem de averiguar se entendiam dos assuntos com que teriam de lidar e se falavam línguas faladas nos encontros.

2. Não me dói sobre este ponto a consciência: pedi sempre que o Governo Federal (e não cada casa do Congresso) escolhesse um parlamentar dos seus e um da oposição para serem delegados, sendo um e outro instruídos no sentido de que na Assembléia-Geral teriam de sustentar os pontos de vista do governo e não os próprios. Ao invés, o governo decidiu entregar às Casas do Congresso a escolha e estas não conhecem com intimidade os assuntos a serem tratados. Como resultado, os congressistas saem das reuniões desiludidos do Itamaraty, pois vêem sem receber instruções, não lhes foi sequer perguntado se eram capazes de orar em francês ou inglês e assim por diante.

3. De outro lado, para fazer face às reuniões, não basta o pessoal permanente da Missão, sendo necessário reforço de fora. Acontece que (como acontece com as demais delegações) o reforço tem de ser, não pode deixar de ser senão de gente experimentada. Eu sei, apesar de desgostar citação de nomes, a tranqüilidade que sempre me deu a chegada de Miguel Ozorio, Ramiro Guerreiro, Carlos Calero, David Silveira da Motta ou Fernando Galvão para servir em uma Delegação. Vão para

comissões em que pelos demais assessores são conhecidos como hómens experimentados, são consultados e podem construir. E, assim, servem a seu chefe com informações sérias e não com impressões vãs. A distribuição de cada qual pelas comissões fica quase automática.

4. Vossa Excelência fará o favor de revelar-me pela franqueza com que lhe escrevo, mas o ponto em que toco me parece de enorme importância.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Nova York, em 31 de julho de 1961.

VALE DICO VI
Vicissitudes do funcionamento do Itamaraty

Senhor Ministro,

Eu prefiro começar por falar da prata de casa, daquela de que dispõem as missões diplomáticas e as repartições consulares. Mas, infelizmente, mor parte do que vou dizer igualmente se aplica à Secretaria de Estado.

2. Uma missão tem pessoal mais ou menos numeroso, evidentemente segundo o volume de sua tarefa e de suas responsabilidades. Em geral, muitos dos funcionários superiores não têm preparação técnica (digamos, um terço deles) para dirigir com autoridade seu pessoal. Essa minoria

fica entregue, por força, à erudição relativa dos empregados que entraram por concurso, sabem História e Geografia, tem noções boas de Direito Internacional, interesse pelo serviço e ambição pessoal.

3. Os empregados de concurso sabem, em geral, francês e inglês. Mas eu tenho o dever de dizer que vários não conhecem direito a língua portuguesa. Aquele culto do vernáculo, que era uma tradição da correspondência do Itamaraty, perde-se cada dia mais. Já tive a meu serviço, em sessão da Assembléia, funcionário do Protocolo que ignorava a diferença em francês de *Note* e *Lettre*... Tenho tido que ensinar muitos colegas jovens, chegados a meus vários postos, a fazer minutas. Os próprios telegramas do Itamaraty, por sua redação, algumas vezes duvidosa, provocaram crítica ao rigor que procuro impor em um serviço que tem de ser escoimado e escorreito. É ponto que precisa ser tomado em conta.

4. O segundo ponto é a fraqueza dos serviços auxiliares. Nossos datilógrafos, dizia faz pouco o senhor Eurico Penteado, são várias vezes inferiores

aos que ele encontrou no defunto Escritório Comercial. Lá, tudo se copiava bem e depressa. Os datilógrafos desta Missão são tão bons ou tão maus quanto os das embaixadas e consulados. O erro é o sistema de recrutamento: devem ser contratados sob responsabilidade do chefe, com direito para o empregador e o contratado de desligação com quinze dias de aviso. Tenho sido um advogado de meu pessoal contratado, consegui a duras penas um aumento de salário correspondente ao número de seus anos de serviço. Hoje, procura-se aí transformar os contratados que o desejarem em empregados definitivos da Nação. É um outro erro: aquilo que desejo é pagar melhor para ter serviço melhor. Devo dizer honestamente que não posso gabar sem limitação senão o desempenho de uma das minhas contratadas, mas que todas são obrigadas nesta Missão, ainda que com imperfeições, a fazer serviço em horas extraordinárias, já que de horário não podemos dispor, pois não basta o obrigatório. O resto vem quando tem de vir, e é feito.

5. Outro ponto a levantar é o da remessa para as missões de oficiais administrativos do Itamaraty como prêmio a seus bons e longos serviços aí.

Na maior parte das vezes, são pessoas que ignoram o idioma do país a que são destinadas e a escolha de uma colega pode ser, por exemplo, para a ONU, para o Japão ou para a Finlândia, tudo dependendo da oportunidade. É caro demais para qualquer governo do mundo.

6. Outro ponto que merece atenção é o serviço de arquivo e de criptografia. Tais serviços não estão à altura que seria de desejar. (Ouço que os do Itamaraty tampouco estão, mas deve ser por causa das viagens mencionadas no parágrafo 5). Não se pode esquecer que, em caso de risco de guerra, como foi o de Suez, esta Missão mandava para aí mais serviço, maior número de palavras, do que as outras embaixadas reunidas. Entretanto, mesmo nestes dias relativamente nervosos, não estaria eu preparado para enfrentar situação semelhante. Pois naquele então servir bem só aconteceu porque eu dispunha de dois criptógrafos, como é habitual durante as Assembléias-Gerais.

7. É o velho "saber de experiências feito" que me anima a escrever estas cousas essenciais a Vossa Excelência.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Nova York, em 31 de julho de 1961.

VALE DICO VII
Preservação do prestígio do Itamaraty

Senhor Ministro,

O Itamaraty continua a ter na América Latina reputação de chancelaria modelar. Mas está a mesma comprometida por causa da demora de resposta a consultas que seus agentes lhe fazem. Dizendo eu não ter solução para uma pergunta logo saltam no Grupo Latino-Americano erradas conclusões sobre se o governo é contra ou em favor desta ou daquela pretensão ou de alguma proposta.

2. Infelizmente, isto sucede amiúde. Um cálculo do preço dos pedidos de resposta a telegramas aí recebidos daria a um tempo a medida do custo

dos mesmos e do desgaste que sofre o serviço. De outro lado, nesta época de velocidade, o número de telegramas só pode tender a aumentar. É preciso que a decisão venha logo de volta ou perde a consulta.

3. Não vou citar instâncias, mas ainda agora estou vítima de várias faltas de decisões. É claro que os países com serviço telegráfico menor recebem resposta em menos de doze horas. Por exemplo, México e Argentina. A comparação com o Brasil não o favorece.

4. As reflexões anteriores igualmente se aplicam ao serviço ordinário de ofícios e CTs. Ficando sem ordens a respeito, perdem-se prazos, perdem-se oportunidade de comunicar pontos de vista, perdem-se de formular sugestões. Isto já sucedeu várias vezes no passado. Se ouvir Vossa Excelência a sugestão que lhe fiz de ser criada uma Divisão de Nações Unidas, com pessoal de bom quilate, estou em que a situação pode melhorar muito em qualidade de serviço.

5. Mas insisto na afirmativa do parágrafo 1: o Itamaraty perde prestígio aos olhos dos latino-

americanos com sua demora em dar resposta, a qual é tomada tanto por perplexidade quanto por buscar saber antes de decisão que vai tomar para que banda correm os ventos.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Nova York, em 31 de julho de 1961.

VALE DICO VII
Prazos e disciplina

Senhor Ministro,

Quando nasceu meu filho, um dileto amigo, Luiz de Faro, chefe do Pessoal em 1927, não me concedeu um dia de aumento do prazo e fez-me sair do Rio de Janeiro para Lima trinta e dois dias depois do parto de minha mulher. A viagem era naquele então a seguinte: Rio de Janeiro – Buenos Aires – Hotel Santiago (três mudanças de trem) – Hotel-Valparaíso – Hotel-Navio (oito dias de viagem) – Callao-Lima. Antes era assim: por quê, a troco de que deixou de ser assim?

2. Usei poucas vezes de férias, tomei em 43 anos duas vezes férias extraordinárias, uma para casar e

a segunda, faz três anos, para acompanhar os últimos dias de meu pai. Jamais usei de licença-prêmio ou qualquer outra sorte de licença.

3. Entretanto, hoje se assiste ao espetáculo de jovens colegas que compendiam sistemas engenhosos para ficar pouco em algum posto que lhes não pareça bom, combinando férias com licença, etc. Há quem não viva na cidade que é sede de seu trabalho e, mesmo no Itamaraty, faz tempo conheci gente a morar o ano inteiro em Petrópolis por causa de "não suportar o clima" da Guanabara. Para Petrópolis então não havia comunicação telefônica e tudo ficava sujeito ao horário discutível da Leopoldina. Estou a falar de viver lá o ano inteiro e não apenas o verão, note-se bem!

4. Postos são recusados pelos que apenas transpuseram a porta do Itamaraty. Quando nomeado, em 27 de fevereiro de 1918, fui designado para a "Agência Diplomática" no Cairo, mas também foi para ser meu chefe o ministro Oduvaldo Pacheco e Silva, veterano da Casa. Fevereiro de 1918 era a grande época da guerra

submarina alemã. O ministro Pacheco e Silva e eu fomos 24 horas depois comprar passagens em um navio pequeno, Leão XIII, por preço caro, pois as passagens eram muito escassas. Logo depois, Londres protestou contra a Agência Diplomática, pois anexara o Egito como Colônia da Coroa. O ministro e eu ficamos sem posto, à espera de outro, e sem o dinheiro das passagens, que a Linha não quis devolver.

5. Sinto muito falar tanto de cousas pessoais. Mas esta série *Vale Dico* é feita exatamente a fim de poder auxiliar meus chefes do Itamaraty ao contar-lhes uma experiência, que tem necessariamente de ser a minha própria.

6. A Delegacia do Tesouro, honra lhe seja, faz o possível por ajudar o Departamento de Administração do Itamaraty na fiscalização das despesas. Não pode, entretanto, ser juiz da distribuição de nosso pessoal. Sem citar-lhe o nome, porque, infelizmente, morreu, desejo contar que um cônsul-geral na Europa protestou ao chegar-lhe mais um cônsul-adjunto, além do auxiliar que só aparecia para cobrar seu salário. Acrescentava

não ter serviço para eles nem mesas e cadeiras adequadas. A resposta foi a de que o auxiliar estava a serviço pessoal do ministro de Estado e se comprassem mesas e cadeiras. Para que comentar?

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Nova York, em 31 de julho de 1961.

VALE DICO IX
A obrigação funcional de obtemperar

Senhor Ministro,

Pus seis meses no preparo de um tratado de retificação de nossa fronteira com um vizinho e, ao cabo, levei o resultado a Afranio de Mello Franco. Ele me perguntou: "Está certo?" Com todo o respeito que tinha e com a amizade que a ele me ligava, respondi como um menino: "Vossa Excelência deve nomear um outro chefe do Serviço de Limites para verificar se está ou não certo". Afranio, grande de alma, fidalgo, bondoso de um coração que não esqueço, respondeu: "Não, meu filho! Se estiver certo, é minha gloria, se estiver errado, será sua culpa".

2. São lições que se não pode olvidar. Desde esse dia, a cada um dos companheiros que recebo para trabalhar comigo, acostumo dizer só gostar do homem que me sabe dizer não. Afranio de Mello Franco escolhia sem pensar em hierarquia os homens que deviam dar-lhe auxílio. No caso de Letícia, que resolveu de maneira magistral, no Itamaraty inteiro ele só se servia de Abelardo Bueno do Prado ostensivamente e, meio escondido, de Maurício Nabuco e de mim como seus assessores.

3. Dois outros ministros tive que assim agiam: Octavio Mangabeira e Oswaldo Aranha, talvez não gostando um de outro por causa de seu feitio tão diverso, mas arrebatado um e calculado o outro, entretanto sem vaidade de suas opiniões no desejo de acertar em prol do Brasil. Um e outro ouviam os que os auxiliavam.

4. Esta referência aos chefes que gostavam de ouvir seus colaboradores estaria longe da verdade se eu não falasse de Raul Fernandes, o grande homem que Deus nos deu e nos conserva. Seguro de sua indiscutível superioridade intelectual sobre quem com ele venha a discutir, jamais o vi

impaciente quando se lhe apresentava uma tese oposta à sua. Trabalhei seguidamente com Raul Fernandes, mais do que com qualquer outro de meus chefes diretos. De nem um outro fui mais íntimo e a nem um servi com maior fervor. Sua aparência severa quase que me parecia uma máscara, tamanho era seu sentido humano, tão grande sua alma. Mas, por cima de tudo isso, havia sua lógica para ver tudo logo e tudo explicar.

5. Preciso ainda fazer referência a João Neves da Fontoura, com o qual não tive a honra de trabalhar senão indiretamente. Algum dia os arquivos haverão de demonstrar o serviço imenso que ele prestou ao Chile, quando esteve o país por ser avassalado. Instantâneo na ação, enérgico, evitou uma agressão que já parecia inevitável. Foi então, e acho ser, um grande homem de Estado.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Nova York, em 31 de julho de 1961.

VALE DICO X
Chefes e auxiliares

Senhor Ministro,

Com Raul Fernandes fiz alguma vez a brincadeira de escrever folhas e dizer que seria o discurso que eu faria se, ao invés de secretário-geral, fosse ministro de Estado. Ele sorria como Voltaire, achava graça, mas prestava atenção. Com Oswaldo Aranha a cousa era diversa: ou gostava do papel e o aceitava ou logo o rasgava. Afranio de Mello Franco dava-me a honra de preparar suas entrevistas para os cronistas internacionais, que, depois, ele dizia ter retocado quando, de fato, usando alguns tópicos de rotina escritos por mim, na realidade as havia refeito.

2. Aqui, nesta modesta Missão, venho de casa com telegramas prontos, que Silos, como antes faziam Gibson e Bernades, corrige. Para ensinar meu pessoal a ter bom humor, acostumo dizer que "trouxe um telegrama excelente, que foi melhorado por Silos". Cousa absolutamente exata, pois a colaboração é a base do bom trabalho. É preciso acabar com aquilo que os argentinos chamam do "manda mais", o tipo que sempre tem razão.

3. Na convivência conventual, com superior e prefeito, todos são irmãos, assim o que é porteiro, como aquele que cozinha ou o que trata dos jardins. Em nossa convivência, o ideal seria esse e, graças a Deus, posso dizer que tem andado muito perto disso. Ninguém se julga maior ou menor em razão da tarefa conferida e confesso, sendo os mais novos sempre os mais difíceis, que meu colega de prisão Paulo Pires do Rio, ou Marcos Azambuja, que afetuosamente é chamado de "Menino", sempre se demonstraram de boa vontade exemplar, inclusive para o incômodo plantão de sábado e domingo no serviço de criptografia, que, por vezes, entra pela noite a dentro. Apaniguados é cousa que aqui não se conhece.

4. Minha preocupação de fazer o expediente em vernáculo (e é um exemplo do Convento) criou o chamado como piada de Consultório do Doutor Houaiss. Pois, a fim de não incorrer em minha "ira aparente" contra impropriedades de expressão e barbarismos, os jovens vão saber de Houaiss, que também a mim pode ensinar, se esta ou aquela expressão está correta. E o conselho vem discretamente, silencioso e preciso.

5. Tinha que sair-me, senhor ministro, a citação empolada: *Fluctuat nec mergitur.* Não deixe o Itamaraty de dar a esta Missão, que é necessariamente coluna mestra de sua informação, o apoio e a assistência que lhe deve! Não deixe de pagar os empregados aqui em serviço como merecem! Não deixe de mandar para cá gente intelectual e moralmente capaz de enfrentar embates de responsabilidade! Saiu-me a apóstrofe sem que a procurasse, mas tenha certeza Vossa Excelência de que me saiu do coração.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Nova York, em 31 de julho de 1961.

VALE DICO XI
Minhas duas vezes de secretário-geral e quase uma terceira

Senhor Ministro,

Em abril de 1938, depois de preterido três vezes, tive a surpresa de receber telegrama de Oswaldo Aranha, meu quase irmão, anunciando que o presidente Vargas me havia promovido a ministro de primeira classe. Aranha, por causa de nossos laços fraternais, fez questão de dizer que o presidente é que me havia promovido. Pouco tempo depois, fui convidado para secretário-geral. Está claro que devia responder, como fiz, estar sempre às ordens do governo, mas que o mais moderno dos ministros de primeira não deveria ser logo nomeado chefe do Itamaraty. Luiz de Faro

e Fraga de Castro telegrafaram para dizer que a recusa tinha causado mau efeito. Seis meses mais tarde, fui removido sem consulta para o Itamaraty e, ao chegar ao Rio de Janeiro, vi anunciado nas folhas que seria secretário-geral.

2. Oswaldo Aranha não era apenas fascinante, era fulgurante. Como dizia João Carlos Muniz, assaltava a verdade. Trabalhar com ele era verdadeira delícia, pois percebia os problemas de longe, chegava à conclusão em segundos, decidia as cousas e ordenava as providências. Foi o homem que pôs o Brasil na guerra II do lado certo, contra ventos e marés, e só este título lhe dá glória.

3. Em junho de 1939, já nomeado eu para a Alemanha, chegou-se no Itamaraty à convicção de ser a guerra inevitável. Escrevi a carta que é o primeiro documento de nosso Livro Verde. E Aranha levou dias, antes de firmá-la, pois o que era insânie ainda lhe parecia capaz de conserto. Afinal, assinou. E o Itamaraty ficou na História como tendo dito, dois meses antes de principiar a hecatombe, que a procela estava à vista. Só confesso haver escrito a carta por causa de Oswaldo

Aranha, em uma reunião no Itamaraty, quando se discutia como organizar novo organismo de paz em substituição à Liga das Nações, ter principiado a ler a carta como se fosse dele (e as idéias eram dele) e parou para dizer que era de minha autoria, pois... ele não punha verbo em fim de frase.

4. Estando em Santiago do Chile, quando em férias no Rio de Janeiro, chamou-me Raul Fernandes, que da Argentina antes me tirara para ser seu secretário-geral, e perguntou se eu queria vir para cá, já que havia recusado Paris a João Neves da Fontoura. Respondi estar muito contente em Santiago e não acreditar mais nas Nações Unidas. Nosso mestre, de todos nós do Itamaraty, respondeu ser a opinião geral de que eu era o homem para Nova York e terminou, à vista de minha recusa, por dizer: "Para a ONU não tenho candidato, para Santiago já tenho seis".

5. Raul Fernandes, que está em minha vida quase tanto como Altino Arantes, meu segundo pai, cujos filhos me tratam como primogênito de sua família, teria de procurar-me fazer secretário-geral por terceira vez quando José Carlos de

Macedo Soares, meu amigo de mocidade, convidou-me para esse posto, então desempenhado em caráter interino por Henrique de Souza Gomes. O cerco foi grande e minha resistência teve de ser forte. Pois, já então, eu voltara aos antigos amores com a ONU, que se transformava em centro mundial de informações e de onde eu podia, e espero ter podido, servir o governo com notícias de certa importância. E assim termina a história de minhas secretarias-gerais.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Nova York, em 31 de julho de 1961.

VALE DICO XII
Cartas e cartinhas

Senhor Ministro,

É uma velha história, muito contada, a de ser mais fácil um auxiliar de consulado em Paris pôr para fora seu chefe do que um consul-geral mandar embora de lá um de seus auxiliares. Isto por causa dos padrinhos que o auxiliar tem no Brasil e lhe fez conseguir o contrato em França. A cousa não merece comentários.

2. Mas houve no Itamaraty o sistema de escrever cartas, seja de um subalterno falando de seu superior, seja de um empregado de categoria comunicando particularmente aos chefes do Itamaraty os defeitos de alguns ou algum de seus subordinados.

3. Mestre Raul Fernandes ficou preocupado quando, chegando eu de Buenos Aires para servir-lhe de secretário-geral, respondi com telegramas numerados a cada denúncia recebida em "cartinhas" e fiz proceder a inquérito. Os inquéritos foram vários nos primeiros dois meses, aliás, se bem recordo, com um apenas dando o resultado de uma suspensão por semanas de um colega que resistira à polícia. Daí por diante, os chefes da Missão e cônsules passaram a pedir remoção de seus funcionários sem cartinhas confidenciais. E a cousa acabou, espero que para sempre.

4. Tenho um pessoal pequeno para as necessidades desta Missão, mas relativamente numeroso. Que pensaria de mim o ministro Silos se soubesse que eu escrevera a esconsas ao Itamaraty contra algum dos nossos? Que pensariam os demais companheiros? O homem que não sabe repreender não é digno de ser chefe, pois repreensão não é castigo, senão educação, como procurei dar a meu filho, e dá Vossa Excelência aos seus.

5. Falei de meu filho e recordo uma cena de Bucareste. A casa dava, como as Legações da

Bélgica e do Japão, para um parque fechado (como o Parc Monceau em Paris), que acabou aberto ao público. Certo dia, meu filho, dois filhos de meu colega japonês e um do belga foram surpreendidos com vários meninos romenos a fazer estrepolias no parque. O soldado que os apanhou trouxe a minha casa (eram onze os desordeiros) e contou a história, ajuntando que os quatro "diplomatas" argumentavam com sua condição. Respondi que os levasse todos para o xadrez. O soldado fez então um bonito sermão e disse que ficavam perdoados por aquela vez. E as tropelias cessaram.

6. Ando a exceder-me em reminiscências nesta série de despedida e peço, por isso, desculpas a Vossa Excelência.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Nova York, em 31 de julho de 1961.

VALE DICO XIII
Amizades criadas

Senhor Ministro,

Wladimir do Amaral Murtinho (um dos melhores dos nossos) é meu afilhado de crisma e de casamento, como foi a bela Zulay, sua irmã, morta em um desastre de avião. J. E. de Souza Freitas é meu afilhado de casamento. José Luís Nascimento e Silva (filho de Paulo Amélio) é, como Ciro de Almeida Cunha (filho de Luiz) meu afilhado de batismo. Miguel Nabuco de Gouveia foi levado por mim à pia batismal, como foi a jovem Condessa d'Ansembourg em Bucareste, apesar de ser o ministro dos Países-Baixos tão católico quanto os pais e como eu. Agora, João Carlos Fragoso convida-me para padrinho de

casamento, relembrando a velha amizade que me liga ao ilustre pai, cuja carreira se iniciou comigo em Montevidéo. Fez o mesmo que Maria Odila Faro, quando me apareceu na Secretaria-Geral a fim de convidar-me para padrinho de casamento com Mario Loureiro Dias Costa.

2. Não estou falando de meus sobrinhos ou sobrinhas, a mais linda das quais, Dedei Corrêa do Lago, mandou-me vir de Buenos Aires ao Rio de Janeiro para ser padrinho. Quero é demonstrar que, nesta carreira, que tem suas durezas, e são muitas, a sinceridade pode fluir e a amizade prosperar. Mesmo... com o Dragão da Rua Larga.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Nova York, em 31 de julho de 1961.

VALE DICO
Epílogo

Senhor Ministro,

Quando principiei a escrever esta série, feita em poucos dias, não tinha intenção de alongar-me tanto, nem de falar tanto. Acontece que uma cousa carrega outra e, se continuasse, acabaria por escrever um livro de memórias, quando sempre repito que *le moi est haissable.* A preocupação era de agradecer ao Itamaraty quanto lhe devo e de contar um pouco de minha experiência: acreditava tratar-se de uma dívida. Se não vier a ser útil, peço desculpas!

2. Nem cheguei a falar da urbanidade incrível de Getúlio Vargas, da seriedade de Eurico Dutra e

do sentido de dever de Nereu Ramos, dos quais tive a honra de ser ministro de Estado interino. Não disse muita cousa mais, talvez interessante para ser relatada. Mas tenho receio de já haver dito demais e resolvo calar-me.

3. Assim, a meu querido Itamaraty V*ale Dico*, digo adeus.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.